

Sarney diz que sua missão é evitar confronto

CARLOS CHAGAS

O presidente José Sarney declarou, na noite de quinta-feira, que um governo civil, democrático e disposto a consolidar a democracia não poderá, jamais, comportar-se como tutor ou dono do País. Muito menos um presidente da República, chefe desse governo, se permitirá abrir mão de suas responsabilidades, delegar as decisões maiores a seus auxiliares e deixar-se levar por pesquisas ilusórias que concluem estar o governo indo mal, mas ele, muito bem.

Para Sarney, se o governo vai mal, o presidente também, de modo obrigatório, assim como a recíproca será verdadeira: se o presidente vai bem, numa democracia, é porque o governo também vai. Ele se mostra satisfeito com as pesquisas divulgadas desde que assumiu o poder, relativas a sua popularidade, que refletem a popularidade do governo. Ressalta que as coisas, agora, são diferentes. Não há mais decisões isoladas, no Executivo, muito menos aquela que levavam certos ministros a assumir o controle, a paternidade e a responsabilidade de determinadas políticas. Ele é o responsável, ele decide e ele procura, dentro do quadro ainda difícil e cheio de obstáculos, as melhores condições capazes de conciliar e de compor a sociedade. Entende ser essa sua principal missão: evitar o confronto que, em passado recente, quase levou o Brasil a um beco sem saída. Não admite, em sua administração, a existência de ministros que se tornam donos das decisões e venham dizer-lhe "deixe comigo, presidente, não se incomode, porque se a minha política não der certo o culpado serei eu e o senhor me demitirá".

O presidente jantou com a diretoria de O Estado de S. Paulo, do Jornal da Tarde e da Rádio Eldorado, e exemplificou seu pensamento abordando o plano econômico. A política econômica atual é dele, de sua lavra, de sua responsabilidade e de sua decisão. Não é do ministro da Fazenda, do ministro do Planejamento ou do assessor especial, Luís Paulo Rosenberg. E não constitui, conforme algumas críticas, uma política indefinida e amorfa. Pelo contrário, compõe-se de três diretrizes fundamentais: evitar a recessão, promover o crescimento econômico em torno dos 5% ao ano e controlar a inflação, reduzindo-a. Acentuou ser inadmissível a adoção de fórmulas que, fazendo baixar os índices inflacionários, provocam a recessão. Não suportaremos mais essa prática, responsável pelo desemprego, o empobrecimento e a diminuição da atividade privada, mola-mestra para impulsionar o desenvolvimento.

É claro que, como enfatizou, se viermos a enfrentar um crescimento acelerado da inflação, hipótese na qual não acredita, não hesitará em tomar as medidas mais duras e mais drásticas. Sua preocupação é manter os controles decisórios maiores, mesmo reconhecendo não ser um expert em economia. Nem precisaria, sendo político. Sua assessoria palaciana é extremamente necessária para ajudá-lo a decidir, em especial quando, de diversos ministros, muitas vezes chegam-lhe soluções diferentes e até conflitantes.

Sarney não vê dificuldades densas com o Fundo Monetário Internacional ou com os bancos credores. Continua aferrado à tese de que o Brasil não representa um risco econômico, tendo em vista o funcionamento de nossa economia. Poderá, isto sim, constituir-se num risco político, caso adototemos medidas capazes de gerar a recessão. O que se nota no País, no entanto, é o reaquecimento da atividade econômica, a diminuição do desemprego e o ressurgimento da confiança. Com o FMI, existem divergências de velocidade, mas co-

mo nossa postura mudou diante deles, também a deles se alterou, em relação a nós. Reduzimos os gastos públicos, para o presidente, nos limites máximos que poderíamos reduzir, mas não por ingerência do FMI, senão porque entendemos imprescindível a redução. Tratou-se de uma decisão nossa, como as outras adotadas. As linhas de crédito a curto prazo com os credores foram prorrogadas, dentro da normalidade gerada por nossas condições econômicas, e os entendimentos com o Fundo processam-se de maneira muito favorável. A nova realidade situa-se em que, estando no poder um governo político, democrático e civil — ele repete —, passou o tempo de nos subordnarmos a técnicos que periodicamente chegavam a Brasília para fiscalizar nossas contas e nossos números.

O mesmo ponto de vista aplicado na economia vale para a política, em suas palavras. O Ministério que recebeu formado, de Tancredo Neves, exprime um somatório de forças distintas. Não tem, por enquanto, a intenção de reformá-lo, ainda que, obviamente, reconheça que, se lhe coubesse ter formado o Ministério, ele seria outro. Fatores pessoais, de óptica política de cada um, levam à composição de equipes distintas. Está, no entanto, satisfeito com o funcionamento do Ministério. Jamais lhe passou pela cabeça modificá-lo em dezembro, como saiu em alguns jornais. A esse respeito, atribui o noticiário a pessoas com vontade de ser ministro. Dispõe da prerrogativa constitucional de nomear e demitir quem quiser, em seu quadro de auxiliares, mas acredita que a melhor solução para a conciliação nacional está no funcionamento de uma equipe em que as diversas forças de sustentação de seu governo se acham representadas.

Disse que poderia, como aconteceu no passado, tentar formar um partido, aproveitar-se das naturais acomodações de terreno, próprias de épocas como esta, mas optou por seguir adiante sem interferir. O interesse nacional coloca-se muito acima de interesses pessoais e de grupos. É a sociedade, através de seus diversos segmentos, que atua e participa, indicando ao governo os rumos gerais. Assim como a sociedade optou pela política de crescimento, no plano econômico, deixou claro, também, que a conciliação e a composição políticas são o melhor caminho. Um fato é evidente, no contexto em que nos encontramos: as diversas forças sociais aceitam essa estratégia. Não radicalizam e mostram-se compreensivas. Seu dever, assim, não é procurar previamente uma determinada marca pessoal para seu governo, mas de receber os influxos dos diversos setores e assistir, aos poucos, à configuração da característica que realmente exprima o consenso e a consolidação democrática.

O presidente conversou, informalmente, sobre os principais temas do momento, elogiando o desempenho do chanceler Olavo Setúbal, informando que, no caso da reforma agrária, a antecipação do governo evitou uma grave crise, reconhecendo que nenhum governo resolverá todos os problemas nacionais, evitando jogar pedras no passado, mas não escondendo ter recebido uma herança carregada de vícios e de distorções, e enaltecendo o papel da iniciativa privada. Contou ter sido o responsável pela inclusão do tema no documento da Aliança Democrática, quando, no apartamento de Marco Maciel, na presença de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Freitas Nobre e outros, sustentou que a dissidência do PDS nada mais teria a fazer, naquele local, se não constasse do compromisso com a Nação uma referência explícita ao papel da iniciativa privada e à desestatização.